

CAPÍTULO TRÊS

A aplicação dos princípios da Igreja primitiva e do Movimento de Restauração para um congregar sem subordinação denominacional ou filiação religiosa

I. INTRODUÇÃO

O autor do presente trabalho deixou, em meados de 2010, por motivos pessoais, o pastoreio de uma pequena igreja formalmente estabelecida e passou a reunir-se informalmente, como igreja, com cristãos de igrejas diversas ou “desigrejados”, bem como com amigos não-cristãos e ateus. Os estudos bíblicos realizados ao longo desse período têm sido transformados em no livro Tudo se Resume no Amor, o qual pode ser livremente acessado pelo site www.tudoseresumenoamor.net.

O presente capítulo, assim, tem por finalidade a exposição da forma como os princípios bíblicos da Igreja e os princípios balizadores do Movimento de Restauração acima observados podem proporcionar **a comunhão e congregação sem subordinação denominacional**. Objetiva, ainda, **explicitar tais princípios para um pequeno e embrionário grupo de irmãos e amigos que começaram a vivenciá-la, doravante denominada Comunhão Local**.

Os líderes de ministérios com outros formatos de comunhão, entretanto, certamente poderão tirar proveito da leitura do presente capítulo, seja adotando algumas das práticas e concepções aqui compartilhadas seja repudiando-as e criando mecanismos para proteger-se delas.

Ressalte-se que os tópicos adiante tratados não traduzem a concepção do Movimento de Restauração a respeito dos respectivos assuntos, mas sim do autor, e que eventuais divergências quanto a tais assuntos, na medida em que secundários e não essenciais, não devem servir de fundamento para o sectarismo.

II. COMUNHÃO IMEDIATA/DIRETA

Por que vincular-se a um grupo ou movimento religioso e por que conferir formalidade jurídica à comunhão?

Conforme acima observado, a comunhão no Corpo de Cristo pode ser classificada em **comunhão mediata (indireta) e imediata (direta)**. Não existe comunhão mediata, sem comunhão imediata. Ninguém pode ser considerado ligado ao Corpo como um todo, se não integrar uma parte específica dele. A recíproca é verdadeira: Ninguém que se diga parte do Corpo de Cristo, mas se recuse a reconhecer a identidade do restante do Corpo, pode ser verdadeiramente considerado n'Ele inserido. Nas palavras de Paulo, referindo-se à Igreja de Cristo, “nós, que somos muitos, formamos um corpo, **e cada membro está ligado a todos os outros**” (Rm 12.5).

Em outras palavras, se digo que integro uma parte do Corpo de Cristo, necessariamente faço parte do todo; se digo que integro o todo, necessariamente preciso estar ligado de forma mais próxima e evidente a uma parte específica do Corpo; se digo que pertenço ao Corpo de Cristo, mas circunscrevo essa comunhão a uma pequena congregação local, esse corpo é pequeno demais para ser identificado como “de Cristo”. Novamente comparando a Igreja com um corpo humano, a falange do dedo mínimo da mão direita só pertence ao corpo se (e enquanto) ligada ao restante pelo dedo, mão e braço. Se o dedo for isolado da mão, não recebendo do Corpo o oxigênio e nutrientes de que necessita, deixará de integrar o corpo e morrerá.

Indispensável, assim, **o vínculo**, formal ou informal, não só **de cada pessoa a uma determinada congregação**, mas também **de cada congregação a outras congregações ou com pessoas de outras congregações**. Esse vínculo, entretanto, não pressupõe necessariamente subordinação denominacional ou filiação religiosa, sendo saudável que aconteça com toda a liberdade proporcionada pelo Espírito Santo, nos moldes indicados pelos precursores do Movimento de Restauração.

No que diz respeito à formalização jurídica da Comunhão Local, **embora desnecessária**, a partir de determinada estrutura tenho-a como altamente recomendada, com vistas à obtenção dos direitos e prerrogativas legais conferidos às instituições religiosas, tais como imunidade tributária relativamente a templos religiosos, prerrogativa de sigilo confessional aos ministros de confissão religiosa e de acesso diferenciado em instituições de internação coletiva (hospitais e presídios), maior facilidade de efetivação das garantias de liberdade religiosa, possibilidade de registro civil do casamento religioso, melhor descaracterização do vínculo trabalhista entre os membros e o líder religioso, dentre outros.

Parte das prerrogativas legais referidas – especificamente aquelas que dizem respeito ao ministro de confissão religiosa –, entretanto, podem ser reconhecidas mesmo que a Comunhão Local não esteja formalmente registrada, desde que seu(s) dirigente(s) tenham como comprovar juridicamente a condição de ministro de confissão religiosa. Essa prova, no caso das congregações vinculadas ao Movimento de Restauração, pode ser realizada mediante apresentação da respectiva carteira ou certidão emitida pelo Concílio Ministerial das Igrejas de Cristo no Brasil.

Por que o Movimento de Restauração?

Por algum tempo resisti seriamente à idéia de qualquer vinculação a determinado movimento ou grupo religioso, estando essa resistência ancorada em dois principais fatores: (1) impossibilidade ou severa limitação da possibilidade de comunhão com irmãos de outras denominações ou religiões e com pessoas sem religião; (2) obrigatoriedade de submissão a conceitos e doutrinas previamente estabelecidos com as quais não concordasse.

O risco de tais ocorrências, observei, decorre da forma como alguns líderes religiosos vêm governando e dirigindo as respectivas denominações, ora promovendo o sectarismo pela imposição de dogmas desnecessários, ora maculando a comunhão com a admissão de pessoas

desprovidas dos essenciais identificadores do Corpo. Percebi, entretanto, que tais dilemas foram também enfrentados pelos precursores do Movimento de Restauração, que sob a inspiração do Espírito Santo e embasados nas Escrituras estabeleceram diretrizes e princípios para o resgate da comunhão nos moldes da igreja primitiva, conforme observado.

De fato, após alguns anos observando diversas denominações e movimentos, o Movimento de Restauração apresentou-se como aquele que mais apregoa e incentiva maior liberdade, sem abrir mão do essencial, possibilitando, assim, a **unidade do Corpo de Cristo em meio às diversidades de opiniões e interpretações**, sem comprometimento da sua pureza, **da forma vivenciada pelos primeiros cristãos** registrada no livro de Atos e nas Cartas dos apóstolos.

A Comunhão Local, por essa razão, pautar-se-á nos princípios de identidade, unidade e liberdade desse Movimento, na medida em que melhor permitirá aos seus membros livre comunhão com outros integrantes do Corpo de Cristo, de religiões e denominações diversas, evitando-se o indesejado e maligno sectarismo e a falta de identidade.

Assim, estando referido Movimento representado, no Brasil, pelo Concílio Ministerial das Igrejas de Cristo no Brasil, a Comunhão Local buscará estreitar comunhão com as congregações a ele vinculadas, enquanto os essenciais por ele definidos – explícita ou implicitamente – não contrastarem com os essenciais definidos na instância local. Sem prejuízo dessa comunhão mais próxima, manterá também comunhão com congregações de denominações e religiões diversas, desde que observem os mesmos essenciais bíblicos.

As formas como se darão essas comunhões será adiante objeto de detalhamento.

III. PRINCÍPIOS BÁSICOS PARA A CONGREGAÇÃO LOCAL

1º) IDENTIDADE NO CORPO DE CRISTO

A primeira questão que deve ser claramente definida pela Comunhão Local é: como identificar que alguém faz parte do Corpo de Cristo, e assim saber **se eu faço parte e com quem mantenho comunhão** no Espírito Santo?

A propósito dessa identificação, reafirmemos identidade como o conjunto de caracteres por meio dos quais se identifica e distingue algo ou alguém. Assim, um ser que possua uma cabeça, um corpo, dois pés, dois braços, dois olhos, uma boca, um nariz, em princípio poderia ser identificado como ser humano. Entretanto, nem todos os seres com tais características são seres humanos e nem todos os seres humanos possuem todos os elementos referidos.

O que, então, diferencia um ser humano de outros seres viventes? Que elementos podem ser considerados essenciais para a distinção dos seres vivos? De acordo com a ciência, **os cromossomos**.

Cada célula de um organismo vivo, conforme sua espécie, possui uma mesma quantidade de cromossomos. As células do corpo de um chimpanzé, por exemplo, possuem 48 cromossomos; as do corpo humano, 46; as de uma minhoca, 32; as de um rato, 44; as de uma borboleta, 680; e as de uma samambaia, 1.200 cromossomos. O que identifica e distingue um chimpanzé de um ser humano, portanto, fisicamente tão parecidos, é a quantidade de cromossomos. Cada ser humano, por sua vez, tem sua própria identidade, definida de acordo com código único impresso no núcleo de cada célula que o completa: o DNA.

A Igreja de Jesus Cristo também tem um código que a identifica, o qual pode ser concebido como suas características essenciais.

A Comunhão Local, assim, em nome da unidade do Corpo de Cristo, adotará, inicialmente, para confirmação da identidade de qualquer pessoa como membro da Igreja de Jesus, a Proposição nº 1 da “Declaração e Discurso” de Thomas Campbell¹: **Que a igreja de Cristo (...) se compõe dos que em todo lugar confessam sua fé e obediência**

¹ O texto Declaração e Discurso foi apresentado em 07/09/1809 à Associação Cristã de Washington por Thomas Campbell como resumo das razões pela qual ela foi criada. Traduzem-se na base do Movimento de Restauração do qual surgiu a atual Igreja de Cristo.

a Cristo, em todas as coisas e de acordo com as Escrituras. Eles se manifestam através de seus temperamentos e condutas. Só esses podem ser chamados, própria e verdadeiramente, cristãos."

Dois, portanto, são os essenciais basilares apontados por essa proposição: 1) Confissão de fé e obediência a Cristo e às Escrituras (**nível da fé professada**); 2) Confirmação dessa fé por temperamentos e condutas (**nível da fé praticada**).

Tratam-se, entretanto, apenas de essenciais basilares, dos quais decorrem muitos outros elementos essenciais, decorrentes das Escrituras. Por exemplo, a fé e obediência a Cristo e às Escrituras resultam em crenças como aquelas constantes da oração do credo – adotada por igrejas católicas, luteranas, metodistas, presbiterianas, batistas etc –, a qual se traduz no consenso de um **ótimo resumo da fé cristã**:

“Creio em Deus-Pai, todo poderoso,
criador do céu e da terra
e em Jesus Cristo seu único filho, Nosso Senhor,
que foi concebido pelo poder do Espírito Santo,
nasceu da Virgem Maria,
padeceu sob Poncio Pilatos,
foi crucificado, morto e sepultado,
desceu à mansão dos mortos,
ressuscitou ao terceiro dia, subiu aos céus,
onde está sentado à direita de Deus Pai, todo poderoso,
de onde há de vir a julgar os vivos e os mortos.
Creio no Espírito Santo,
na Santa Igreja Católica²,
na comunhão dos Santos,
na remissão dos pecados,
na ressurreição da carne,
na vida eterna,
Amem”.

A propósito dessa confissão de fé, importante observar que o Credo Apostólico resultou justamente da necessidade que a liderança da igreja teve, já nos primeiros séculos da sua história, de definir os pontos fundamentais que deveriam ser aceitos por todos que desejassem integrá-la.

² Católica significa universal, una, única.

Assim, a **Comunhão Local** adotará a **Proposição e o Credo Apostólico** acima transcritos como essenciais para a identificação de alguém como pertencente à comunhão mediata ou imediata no **Corpo de Cristo**. Outros essenciais, decorrentes da fé e prática das **Escrituras**, poderão ser oportunamente apresentados à congregação local, desde que assim claramente estabelecidos na **Bíblia Sagrada**.

2º) NO ESSENCIAL, UNIDADE...

Conforme verificado em capítulo anterior, a solução encontrada pela igreja primitiva, certamente direcionada pelo Espírito Santo de Deus, para se evitar os extremos do sectarismo e da falta de identidade foi a definição dos elementos essenciais identificadores da inclusão da pessoa no **Corpo de Cristo**, tolerando-se divergência nas demais questões, consideradas não-essenciais.

Assim, uma vez definidos os essenciais identificadores daqueles que verdadeiramente integram o **Corpo de Cristo**, Sua Igreja na terra, a nenhum deles a comunhão deverá ser negada, ainda que presentes divergências interpretativas em questões consideradas de grande relevância ou tradicionais, mas não essenciais.

O mesmo princípio, por outro lado, inibe a prática de uma indevida mácula do **Corpo de Cristo**, sob o pretexto da unidade. A unidade característica do **Corpo de Cristo** pressupõe a presença de seus essenciais, de modo que **não será mantida comunhão em nome de Cristo com pessoas ou grupos religiosos cujos essenciais não se identificam com aqueles acima concebidos e outros essenciais decorrentes eventualmente completados.**

A negação da comunhão acima referida, ressalte-se, não diz respeito ao relacionamento de amizade entre parentes, amigos ou colegas de escola e trabalho, dentre outros. **A amizade sincera e em amor com pessoas que não façam parte do Corpo de Cristo, aliás, é uma das marcas identificadoras da presença do Espírito Santo em nós, a julgar pela vida do próprio Jesus Cristo.**

3º) LIBERDADE NAS OPINIÕES

As divergências doutrinárias têm sido a principal causa de divisão no Corpo de Cristo, na medida em que, justamente pela falta de definição clara dos essenciais, são alçadas a essa condição. Assim, no que tange às doutrinas, adotar-se-á as seguintes proposições da Declaração e Discurso, em nome da unidade do Corpo de Cristo:

Proposição 3: "Que só podem se tomar como requisitos de comunhão ou artigos de fé aquelas matérias **ensinadas expressamente e ordenadas aos cristãos** na Palavra de Deus."

Proposição 5: "Que nenhuma autoridade humana tenha o poder de criar leis para a igreja ou alterar as que têm sido dadas no Novo Testamento."

Proposição 6: "Que **o que [se] infere ou se deduz** das Escrituras nunca deve se tomar como requisito de comunhão ou parte do credo da igreja, ainda que aos que as descubram lhes pareçam muito certas."

Proposição 12: "Que **tudo o que é necessário para reformar a Igreja se resume em três delineamentos:** retornar ao modelo bíblico de receber membros na igreja; desenvolver um ministério que seja fiel à Palavra de Deus e que as ordenanças divinas sejam restauradas à sua maneira original."

Proposição 13: "Que **quando não se encontre na Bíblia uma revelação ou ordem explícita acerca de algum assunto**, então que se possa adotar um precedente inferior a título de recurso humano, para evitar a divisão e a contenção na igreja."

E, no apêndice de referida declaração:

"Respeito a Opiniões:

Concluímos que **se um irmão se opõe ou recusa algo que não é assunto de fé ou prática, e não se encontre um claro ‘assim diz o Senhor’**, não devemos expulsá-lo pelo fato de que não vê com nossos olhos os assuntos de dedução humana de juízo pessoal. ‘E assim, por causa do teu saber, perece o irmão fraco, pelo qual Cristo morreu?’ (1Co 8:11). **Por que não andamos conforme o amor?** Portanto, temos decidido não chegar a nenhuma conclusão própria, nem adotar uma conclusão de outra pessoa falível formulando regras de fé que obriguem a nossos irmãos... temos sugerido, em outras palavra, o mesmo que sugeriram os apóstolos, quer dizer, **que os fortes devem suportar as fraquezas dos fracos e não agradar a eles mesmos**. Devemos receber o fraco na fé, porque Deus também o tem recebido. Em uma palavra, devemos receber uns aos outros para a glória de Deus.

Cristãos Judeus e Cristãos Gentios:

É conhecido que os cristãos hebreus observavam certos dias, mantiveram suas dietas religiosas, celebravam a páscoa, circuncidavam seus

filhos e etc.; Coisas que não foram praticadas pelos gentios convertidos. Todavia, se manteve a unidade entretanto, **em amor, se suportavam uns aos outros** (*sic*). Porém, se aos judeus lhes tivesse proibido explicitamente ou aos gentios lhes tivesse obrigado, pela autoridade de Jesus, a observar certas coisas, poderiam eles ter exercido a tolerância? Onde não há uma lei não pode haver transgressão formal ou intencional.

Vendo todo o panorama, observamos que uma coisa é evidente: **o Senhor suportará a debilidade, a ignorância involuntária e os erros do seu povo, não a presunção.** O que o povo de Deus deve fazer é ‘**suportar com paciência uns aos outros em amor, esforçando diligentemente para guardar a unidade do Espírito no vínculo da paz**’ (Ef 4:2-3)."

Stone, por sua vez, na Declaração de Última Vontade e Testamento do Presbitério de Springfield, assim assevera:

"É nossa vontade que o poder que possuímos para fazer leis que governem a igreja, e impô-las por autoridade que nos tem delegado cesse para sempre, de tal modo que **as pessoas tenham livre acesso à Bíblia e adotem ‘a lei do Espírito de vida em Cristo Jesus’.**

(...) É nossa vontade que desde este momento o povo considere a Bíblia como o **único e seguro guia ao céu.**"

Ainda a propósito do tema doutrina, válida menção à promessa feita pelos profetas Jeremias e Ezequiel, no sentido de que na Nova Aliança a Nova Lei seria gravada no íntimo de cada um (Jr 31.31ss, Ez 36.26ss e Hb 8.8-11), razão pela qual **desnecessário que um irmão diga a outro o que fazer.**

A Comunhão Local, portanto, terá seus posicionamentos com relação a questões secundárias e não essenciais, alguns deles inclusive eventualmente erigidos à condição de requisito para a comunhão local. Nunca, entretanto, tais elementos serão considerados requisitos para a comunhão (geral) com todos e quaisquer irmãos cujas vidas evidenciam os essenciais identificadores a Igreja do Senhor.

4º) EM TODAS AS COISAS, AMOR

Conforme se observa nas mais de quatrocentas páginas do livro Tudo se Resume no Amor³, cuja leitura se pede licença para incentivar,

³ O livro pode ser acessado gratuitamente no site www.tudoseresumenoamor.net.

todas as Escrituras podem ser resumidas em um só preceito e uma só palavra: AMOR. Com efeito, tendo Jesus dito expressamente que a Lei e os Profetas (Velho Testamento) se resumem no mandamento do amor (Mt 22.37-40) e sendo o Novo Testamento a confirmação do Velho Testamento, inarredável a conclusão de que toda a Bíblia Sagrada pode ser resumida no Amor e de que nenhum preceito bíblico pode contrariar a Lei do Amor.

*Assim, o filtro pelo qual deverá passar qualquer interpretação das Escrituras na Comunhão Local será o **filtro do Amor**. Nessa linha de raciocínio, tendo Jesus, na Terra, sido a encarnação da Palavra de Deus, que é Amor, a interpretação de qualquer trecho da Bíblia Sagrada [Palavra de Deus] deve ser condizente com o Amor, **pregado e vivido por Jesus Cristo**. Tudo o que fazemos deve ser resultado de amor a Deus e às pessoas. Se assim procedermos, não cometeremos qualquer tipo de pecado. **Contra o amor não pode haver doutrina, pois** quem ama não peca (I Co 2.10, Rm 13.8 e 10), mas cumpre toda a lei (Gl 5.14).*

De fato, o mandamento de Jesus, no singular, foi um só: “**amem aos outros como eu vos ame**” (Jo 15.12), sendo o fim do mandamento o amor (I Tm 1.5).

O compromisso com esse princípio bíblico e do Movimento de Restauração – de que o amor deve permear todas as coisas – constitui, estou certo, o **único poder capaz de promover: de um lado, o compromisso inarredável com aquilo que as Escrituras consideram essencial para a comunhão com Deus; de outro lado, o desapego em relação a qualquer outra questão (não essenciais) que tenha o potencial de obstaculizar a comunhão do Corpo de Cristo.**

5º) UNIDADE DO CORPO DE CRISTO E NÃO SECTARISMO

Conforme observado, constituem princípios basilares do Movimento de Restauração a Unidade do Corpo de Cristo e o Não Sectarismo. Barton W Stone comprometeu-se de tal forma com a unidade do corpo de Cristo que, juntamente com sua congregação, fez constar, na Declaração de Última Vontade e Testamento do Presbitério de Springfield:

*"É nossa vontade que este corpo morra, seja dissolvido e submergido para se unir sem limitações ao corpo de Cristo, porque há **um só corpo e um Espírito**, como fomos chamados em **uma só mesma esperança** de nossa vocação (Ef 4:4)".*

A Comunhão Local, portanto, **nunca deve dar ocasião ao sectarismo e à divisão, o que é ocasionado, na constatação de Bart Stone, quando a organização da congregação se dá de forma a subordinar seus integrantes ao nome de um corpo auto-constituído, circunscrevendo-os aos seus próprios limites.**

Assim, consoante adiante será detalhado, a Comunhão Local congregar-se-á, sim, em um grupo imediato mais próximo (Maior e Menor), integrado por pessoas que, além de concordarem e viverem de forma condizente com os essenciais do Corpo de Cristo, igualmente concordem em questões secundárias que particularizam a Comunhão Local. Concomitantemente, entretanto, nas palavras de Stone, **“buscaremos a bênção divina e a unidade com todos os cristãos. Comungaremos com eles e fortaleceremos mutuamente nossos braços na obra do Senhor. (...) Unimo-nos de todo o coração a nossos irmãos cristãos de qualquer denominação (...).** Ou seja, além da Comunhão Local, mais próxima, congregar-nos-emos com irmãos de outras congregações (Comunhão Geral), nos moldes adiante explicitados.

Para tanto, na Comunhão Local não será negada comunhão com aqueles que, independentemente da religião ou denominação, tenham **confessado Jesus Cristo como Senhor e Salvador e sinceramente busquem viver de forma condizente com essa confissão**, evidenciando sua inserção no Reino de Deus, o Reino do Amor.

Aqueles, entretanto, cujas crenças e práticas contrariem deliberadamente os essenciais identificadores adotados pela Comunhão Local serão considerados não pertencentes ao Corpo, em obediência à determinação de Cristo e de Paulo, conforme verificado (Mateus 18.15-20 e o Apóstolo Paulo em I Co 5.1-13). **A consciência da unidade do Corpo de Cristo e a rejeição ao sectarismo não podem ser confundidas com**

falta de identidade e libertinagem, do que resultariam indesejada mácula do Corpo de Cristo.

Em suma, no que tange à identificação e comunhão, nosso lema será aquele há séculos adotado pelo Movimento de Restauração: **"Não somos os únicos, mas somos unicamente cristãos"**.

6º) TITULOS E HIERARQUIAS

A respeito de títulos e hierarquias, eis o que escreveu Campbell em sua Declaração e Discurso:

"Pobre gente! Não me admiro de que estejam tão apegados a suas explicações. Por essa razão é que chamam benfeitores àqueles que exercem autoridade sobre eles e lhes dizem o que têm que crer e fazer. Esses são os reverendos nos quais eles podem, e de fato assim o fazem, pôr a sua inteira e implícita confiança inclusive em maior grau que nos santos apóstolos e profetas. Esses últimos eram homens sensíveis, honestos e sem pretensões, que nunca se aventurariam a dizer ou fazer nada em nome do Senhor, se não houvesse uma revelação do céu e nunca se distinguiram com títulos veneráveis como Rabi ou reverendo, mas simplesmente por Paulo, João, Tomé etc. Eles não eram mais que servos. **Nunca assumiram nem receberam títulos honoríficos entre os homens, mas só aqueles que descreviam seus ofícios.** A única maneira que essa tremenda corrupção que prevalece na igreja seja expurgada é por meio de uma reforma radical através do retorno a simplicidade original, a pureza primitiva da instituição cristã aplicando o que encontramos nas páginas sagradas."

O mesmo posicionamento a respeito dos títulos foi adotado por Stone, no Testamento de seu presbitério:

"É nossa vontade que nosso corpo honorífico com título de “reverendo” seja esquecido para que possa haver tão só um Senhor sobre a herança de Deus e seu nome seja Um.

É nossa vontade que os candidatos a ministros do Evangelho, de agora em diante, estudem as Sagradas Escrituras em oração fervente e obtenham licença para pregar o simples Evangelho da parte de Deus, “com o Espírito enviado desde o céu”, sem mescla de filosofia, enganos vãos, tradições de homens ou com rudimentos do mundo. Que ninguém, de agora em diante, tome “essa honra para si, senão o que é chamado de Deus, como foi Aarão”;

É nossa vontade que a igreja de Cristo retome seu direito original de governo interno, que prove a seus candidatos para o ministério no concernente à pureza da fé, conhecimento da prática da religião, seriedade e aptidão para ensinar. Que não se admitam nos candidatos nenhuma outra prova de autoridade, senão a de Cristo falando através deles. É nossa vontade que a igreja espere no

Senhor da ceifa que envie trabalhadores para sua seara. Que a igreja assuma seu direito original de provar aqueles “que se dizem ser apóstolos e não o são.”

Na Comunhão Local, portanto, recomendar-se-á com veemência a não utilização de títulos eclesiásticos para tratamento de seus integrantes. Entretanto, nada impede (e tudo recomenda) que se respeite a opção de diversas denominações pela utilização de títulos, tratando seus líderes como pretendem ser tratados.

Apesar do incentivo à não utilização dos títulos, ressalte-se a importância de haver, na comunhão local, pastores consagrados, em razão de a lei lhes conferir prerrogativas legais como a de não serem obrigados a prestar depoimento judicial relativamente a questões que tenham conhecido no exercício de atividade eclesiástica (Arts. 229, inc. I, do CC, 207 do CPP e 347, inc. II, do CPC). **Não se deve confundir, entretanto, título (tratamento) com função (atividade desenvolvida).**

6º) DÍZIMOS/OFERTAS (Quanto e onde entregar?)

"É nossa vontade que cada igreja local, como um corpo, impulsionada pelo mesmo espírito, eleja seu próprio pastor e o sustente por meio de **ofertas voluntárias**, sem levantar um lista de ajuda e contribuições em dinheiro, que admita membros e remova as transgressões, e que no futuro jamais devolva seu direito de se governar entregando a outro homem ou grupos de homens, não importando quem sejam." (Declaração de ultima vontade e testamento do Presbiteri de Springfield - Barton W Stone)

Extraí-se da declaração supra que as despesas da congregação local devem ser suportadas por ofertas voluntárias, **sem correlação da oferta com a membresia ou com o perdão dos pecados.**

Não há registro de que a igreja primitiva tivesse o habito de recolher dez por cento dos rendimentos dos seus membros, até porque uma vez tenham eles entregado suas vidas a Jesus, morrendo para si mesmos, tudo que possuíam, inclusive a totalidade dos seus bens e receitas, passava, automaticamente, a pertencer ao Senhor e dono de suas vidas.

Jesus, por intermédio do Espírito Santo, é quem deve guiar cada integrante do seu Reino quanto à administração de **todos** os seus bens e receitas (e não apenas de 10%), com vistas à concretização da vontade de Deus: o amor. Por essa razão, uma vez cheios dos Espírito Santo em Pentecostes, os primeiros cristãos vendiam tudo o que possuíam e depositavam aos pés dos apóstolos, para que ninguém tivesse necessidade de nada. Esses cristãos pareciam ser movidos (pelo menos no início dessa prática) pelo Espírito Santo de Deus, cuja manifestação (fruto) é amor.

A lei do dízimo – como todo o restante da Lei – foi instituída para minimamente imitar o que o desapego gerado pelo amor naturalmente faria. Ou seja, se o povo de Israel amasse a Deus e ao próximo como a si mesmo não precisaria de lei que o impedisse de gastar todas as suas receitas e bens consigo mesmo e o impelisse a separar a décima parte para as despesas com o sustento daqueles que, designados para o serviço espiritual no Templo (os sacerdotes), não tinham como garantir o próprio sustento, bem como daqueles que não dispunham de recursos se proverem (Dt 14.29).

O destino dos dízimos, ressalte-se, no velho testamento, era o sustento das pessoas separadas para os serviços espirituais e dos pobres. As despesas com construção e manutenção do templo eram supridas com ofertas à parte, com essa finalidade, bem como com o imposto instituído para esse fim, o imposto do templo (Ex 30.13-16, 2 Cr 24.9 e Mt 17.24).

Uma vez tenha a pessoa entregado sua vida ao Senhorio de Jesus, que é amor, **desnecessário lei que a force a destinar parte dos seus bens e rendas para o sustento dos ministros de tempo integral e do próximo**, pois a Lei do Amor impressa em seu coração (Jr 31.31ss, Ez 36.26ss e Hb 8.8-11) naturalmente o conduzirá no sentido da consciência de que deve ajudar, e possivelmente o fará em proporção mais elevada que o percentual exigido pela lei, cuja observância estrita não é suficiente para nos reintegrar ao Reino de Deus, conforme advertido por Jesus (Mt 5.20).

Assim, respeitando a posição e prática adotadas por outros (até por tratar-se de questão secundária), **na Comunhão Local não haverá estipulação de quantia mínima ou máxima de contribuição.**

Recomendar-se-á, entretanto, sempre, atenção especial por parte de cada um no sentido de que, se sob a égide da Lei do velho testamento (mandamento) a pessoa já reservava dez por cento do que recebia para sustento daqueles que se dedicavam exclusivamente aos serviços do templo, parece-me natural que nossas ajudas (de caridade ou sustento dos trabalhos de evangelismo), uma vez cheios do Espírito do Amor, tendam não só a observar esse mínimo como parâmetro individual, como a elevarem-se. Em outras palavras, se uma pessoa, egoísta e sem amor, era capaz de, **por força de mandamento**, viver com apenas noventa por cento de sua renda, natural acreditar que, **amando e tendo anulada a força do ego**, a pessoa tenda a organizar as próprias finanças de maneira a, na medida do possível, gastar menos consigo e mais com o próximo (extensão sua no Corpo). Essa consciência nos ajudará a não utilizar a liberdade do Reino do Amor como pretexto para o fortalecimento do império do egoísmo.

Igualmente não haverá estipulação sobre onde devem ser aplicadas as ofertas/dízimos de cada membro. Cada um, de acordo com a direção do Espírito Santo de Deus, decidirá com quanto e onde ajudar ao próximo e às atividades (locais ou externas) destinadas à expansão do Reino de Deus, sem, inclusive, lista que acabe por tornar público seu gesto de amor e inviabilizar o recebimento da recompensa pelo verdadeiro galardoador (Mt 6.1-4). **As ofertas, assim, serão o mais sigilosas possível.**

Em Atos 4 vemos que, na medida em que as pessoas se entregavam a Jesus e eram cheias do Espírito do Amor, vendiam as propriedades e depositavam aos pés dos apóstolos, para distribuir conforme a necessidade de cada um. **Essa centralização das ofertas, no início, foi bem sucedida. Entretanto, acabou por gerar alguns problemas**, dentre os quais: 1) tendência de o ato de amor voluntário ser imitado para louvor e engrandecimento próprio, e como marca de pertencimento ao Corpo de Cristo (episódio de Ananias e Safira); 2)

hipocrisia e mentira (episódio de Ananias e Safira); 3) dispêndio de tempo considerável daqueles que deveriam se dedicar à oração e propagação da Palavra de Deus (at 6.2); 4) ciúmes e contendas (at 6.1); 5) preguiça e indisposição para o trabalho, já que independentemente de trabalhar ou não, todos teriam a mesma quantia (II Ts 3.6-10).

Essa prática de vender tudo e submeter à administração dos apóstolos – de forma que todos tivessem tudo em comum, sem ninguém considerar-se dono de nada – não perdurou nos tempos da Igreja Primitiva: i) no ano 43 d.C., quando a fome assolou o império romano, os discípulos em Antioquia, **cada um segundo suas possibilidades**, mandavam ajuda aos irmãos da Judéia (At 11.27-30); ii) na carta de Tiago, ele faz referencia a "irmãos ricos" e "irmãos humildes" (Tg 1.9-10).

Em suma, na Comunhão Local cada membro, **livremente**, orientado diretamente pelo Espírito do Amor, impresso em seu coração, decidirá com quanto e onde contribuir, **sem centralizações e divulgações**. Essa liberdade, inclusive, viabilizará **a comunhão com pessoas que entregam seus dízimos e ofertas em outra congregação da qual faça parte**. Ou seja, uma pessoa pode, ao mesmo tempo, participar desta congregação local e de outra, estando livre para ali entregar seus “dízimos e ofertas”. **Apenas excepcionalmente se procederá à coleta de ofertas durante as reuniões de comunhão e culto**, caso em que o destino será devidamente indicado e se procurará preservar, ao máximo, o sigilo quanto aos contribuintes.

7º) BATISMO (Forma)⁴

"Na segunda fase da sua liderança, que se iniciou por volta de 1840, Alexander Campbell percebeu que algumas das suas posições eram insustentáveis. Mais experiente e conciliador, ele **passou a aceitar a unidade na diversidade pluralista** e minimizar a necessidade de uma postura rígida pelo ideal restauracionista. Para você ter uma idéia da natureza e profundidade destas mudanças, observe a opinião do maduro

⁴ Mais detalhes a respeito do batismo, para aqueles que se interessarem, podem ser obtidos no tópico 22 do livro **Tudo se Resume no Amor** (www.tudoseresumenoamor.net).

Campbell quanto ao batismo cristão, assunto de tanta controvérsia no passado, em resposta a uma carta (A Carta de Lunenberg): **'O que deduz que só é cristão aquele que tenha sido submergido está em tão grave erro como aquele que afirma que ninguém está vivo, senão os que tem uma visão clara e completa...** Eu pecaria contra as minhas próprias convicções se ensinar que alguém, por não haver entendido o significado de um sacramento (instituição), ainda que sua alma anele conhecer por completo a vontade de Deus, deva perecer eternamente' ”⁵.

Sobre os primeiros anos do movimento de restauração, os autores do livro “Raízes da Restauração” escreveram o seguinte: “No início se concentrou na vida em santidade, buscando restaurar o estilo de vida da Igreja Bíblica. **O ideal de liberdade era a pedra fundamental desse movimento e até o batismo era deixado a critério de cada um.** O caráter cristão e a liberdade eram muito preciosos. Para eles a restauração da Igreja do Novo Testamento passava pela negação das tradições opressoras das igrejas estabelecidas e **a unidade da Igreja Primitiva era a unidade na liberdade e não unidade na concordância**”⁶.

Em razão do simbolismo do batismo, do próprio significado dessa palavra e do contexto dos batismos narrados no Novo Testamento, tenho sinceras dificuldades de desassociá-lo da **imersão**. Não há, entretanto, nenhuma referência bíblica expressa no sentido de que o batismo apenas terá validade caso obedeça a essa ou àquela forma. Assim, na Comunhão Local os batismos serão realizados por imersão, porém não será considerado óbice à comunhão (mesmo local) as demais formas de batismo utilizadas pelas diversas denominações cristãs, bastando que tenha sido resultado de uma **decisão consciente e sincera de alguém que verdadeiramente creu em Cristo e n’Ele foi mergulhado**, ou que essa consciência venha a ser ratificada.

8º) SANTA CEIA (Requisitos para a participação)

⁵ SOTO, Fernando. La Reforma Presente (citando "Memoirs of Alexander Campbell", de Robert Richardson), pág. 79.

⁶ ALLEN, C. Leonard. Raízes da Restauração, pág. 111, 112 e 113.

Na Ceia do Senhor, o pão representa o corpo de Cristo, moído por nós, e o vinho nos lembra seu sangue derramado. Ao comermos do pão, que representa o corpo de Cristo, e bebermos do cálice, que representa seu sangue, **esses elementos se unem a nós**, fisicamente, **da mesma forma que nos tornamos um com Cristo, espiritualmente**. Assim, consoante reconhecido pelo apóstolo Paulo, ao participarmos de um único pão físico nos lembramos que participamos, igualmente, todos, de um único pão espiritual (Jesus), com o qual nos tornamos um e a partir do qual nos unimos aos demais irmãos (I Co 10.17).

Na maioria das denominações, apenas aqueles que foram batizados podem participar da Mesa do Senhor (Santa Ceia), pois somente a partir desse momento passariam a fazer parte do Corpo de Cristo, Sua Igreja. Sem desrespeitar essa posição, a Comunhão Local considerará a pessoa integrada ao Corpo de Cristo **desde o momento em que n'Ele creia em verdade e a Ele entregue o domínio de sua vida**, mesmo antes de ter a oportunidade de batizar-se.

A propósito, eis o oitavo item da clássica declaração “Qual é a Nossa Posição”⁷, documento no qual James A. Garfield – então Presidente dos Estados Unidos (1881) e membro das Igrejas de Cristo/Cristãs – procurou responder a muitas perguntas sobre o Movimento: **“Nós observamos a instituição da Ceia do Senhor no dia do Senhor. A esta mesa nós não convidamos e nem excluímos; dizemos que é a Ceia do Senhor para todos os filhos do Senhor”**.

Se a Santa Ceia é reservada para aqueles que pertencem ao Corpo de Cristo, o Espírito Santo é quem deve testificar nossa filiação divina e consequente inserção no Reino de Deus (Rm 8.16). Assim, terão livre acesso à Mesa do Senhor todos aqueles que, **após discernimento próprio**, consoante advertido pelo apóstolo Paulo (I Co 11.28), considerarem-se inseridos no Corpo de Cristo na terra, Sua Igreja.

7 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

9º) SABADO⁸

Desde a época de Jesus e dos Apóstolos se discutia sobre a manutenção da obrigatoriedade de observância do sábado.

A **lei do Shabbāth (sábado)** estabelecia: *“durante seis dias trabalharás; o sétimo, porém, é o shabbāth, o tempo do repouso absoluto em honra e adoração a Yahweh”* (Ex 31.25). Existiam também o ano sabático (ex 21.2-6, Dt 15.12-18) e o Ano do Jubileu (Lv 25.8-55).

O termo Shabbāth (sábado) significa **descanso**. Mais que uma lei, constitui um **princípio em nosso favor**, para não nos afogarmos nas questões de menor importância e nos esquecermos da principal, caindo na armadilha de “Faraó” (Ex 5).

Com efeito, Êxodo 5 narra o episódio em que Moisés e Arão comparecem à presença de Faraó, que dominava e escravizava o povo de Israel, anunciando que Deus determinara a libertação do seu povo para que pudesse celebrar uma festa em seu louvor no deserto. Inconformado, **Faraó impôs ao povo maior carga de trabalho**, sob o fundamento de que a ociosidade é que levava o povo a dizer “vamos sacrificar a Yaweh!” (Ex 5.8 e 17).

Faraó, nessa experiência da saída do povo de Israel da escravidão do Egito para a Jerusalém prometida, **figura o Diabo**, relativamente à nossa caminhada espiritual da escravidão do pecado em direção à nossa Jerusalém celestial; **e essa mesma estratégia tem sido claramente utilizada por Satanás nos nossos dias, o qual, das formas mais variadas, tem mantido a mente humana extremamente ocupada – com trabalhos, estudos, jogos, filmes, redes sociais, atividades ministeriais etc –, de forma a não sobrar tempo para cogitar das coisas de Deus.**

Daí a instituição da Lei do Sábado para o povo de Israel logo após a saída da escravidão, a qual deveria funcionar como um **antídoto contra essa estratégia do inimigo**. Alguém pode hoje, sinceramente, negar a necessidade de utilizarmos esse antídoto contra a tentativa do

⁸ Mais detalhes a respeito do princípio do sábado, para aqueles que se interessarem, podem ser obtidos no tópico 30 do livro **Tudo se Resume no Amor** (www.tudoseresumenoamor.net).

Diabo de impedir que separemos tempo para descansarmos das coisas terrenas e voltarmos nossa mente para as coisas de Deus?

Por isso, Deus, pelo profeta Jeremias, afirma que a guarda do sábado é uma prática a ser observada **“por amor da vossa alma”** (17.21). Ou seja, é para que não venhamos a sucumbir na fé que precisamos do sábado, razão pela qual Jesus afirmou que “o sábado foi estabelecido por causa do homem, e não o homem por causa do sábado” (Marcos 2:27).

Tanto constitui princípio que, antes da lei do descanso (Shabbãth) o próprio Deus, que não se cansa, no sétimo dia da criação *“descansou de todo o trabalho que havia realizado”, abençoando-o e santificando-o* (Gn 2.2-3). Igualmente, antes da sua instituição como lei, o povo de Israel foi orientado a recolher o maná descera dos céus durante seis dias, mas no sétimo dia, que seria dia de descanso (shabbãth), não haveria maná a ser colhido, e deveriam comer da porção dobrada colhida no dia anterior (vv 4-5 e 19).

Como princípio, ressalte-se, **não está vinculado a um dia específico da semana**, mas sim à proporção seis dias de trabalho para um de descanso. Portanto, não é que exista um dia mais santo que outro. O fato é que **o dia que separamos para “descanso” é por nós santificado** (a palavra santificado significa separado).

Jesus, muitas vezes questionado, nunca negou o dever de guardar o sábado. Entretanto, por concebê-lo como princípio instituído em favor do homem, não se permitia deixar de fazer o bem nesse dia, curando e libertando as pessoas.

Assim, embora nada obrigue, tudo recomenda a separação (santificação) de um dia para descanso das atividades pessoais e renovo das forças espirituais, e por essa razão **a guarda do sábado como princípio será enfaticamente recomendada (mas não exigida) na Comunhão Local**. A legislação brasileira, inclusive, favorece a observância desse princípio, garantindo a todo trabalhador o direito a pelo menos um dia de descanso remunerado (Art. 5º, inc. XV, da CF e art. 67 da CLT). Esse dia (Shabbãth) merece uma atenção especial quanto ao que ouvimos, vemos, lemos, falamos e fazemos.

Quanto aos nossos irmãos adventistas que guardam o sábado como lei, não admitindo sua troca por outro dia na semana, fazem melhor que aqueles que não guardam dia nenhum. A propósito, adventistas e não adventistas, como irmãos, para manterem a comunhão do Corpo de Cristo, devem ter em mente a seguinte advertência de Paulo: *“Quem és tu, que julgas o servo alheio? Para seu próprio senhor ele está em pé ou cai. Mas estará firme, porque poderoso é Deus para o firmar. **Um faz diferença entre dia e dia, mas outro julga iguais todos os dias.** Cada um esteja inteiramente seguro em sua própria mente. **Aquele que faz caso do dia, para o Senhor o faz e o que não faz caso do dia para o Senhor o não faz.**”* (Rm 14:4-6)

10) ORAÇÃO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Devocional diário

11) A BÍBLIA SAGRADA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

11) DONS DO ESPÍRITO NA ATUALIDADE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Dom de “línguas estranhas”

Profecias (há relatos de profetas no NT que não os apóstolos)

IV. NOME DE IDENTIFICAÇÃO

Conforme observado, Cristo, ao instituir sua Igreja, não lhe conferiu qualquer nome especial. Simplesmente disse: “sobre esta pedra

edificarei a minha **igreja**, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela”. A palavra grega (transliterada) aqui traduzida por igreja foi ekklesia (ek-klay-see'-ah), referia-se a um **ajuntamento** de pessoas com uma finalidade comum, uma **assembléia**, uma **congregação**. Assim, no início, a igreja de Cristo na terra, por Ele instituída, Seu Corpo, Sua extensão, era referida exclusiva e simplesmente como “igreja”. Onde existiam pessoas pertencentes a Cristo, Seus discípulos, ali se encontrava Sua igreja.

Na medida em que a igreja se espalhou por outras cidades, cada ajuntamento em cada cidade era igualmente nominado igreja, acrescentando-se apenas a respectiva cidade, como igreja em Cencréia (Rm 16.1), igreja em Corinto (I Co 1.2), igrejas na Galácia (I Co 16.1), igrejas na Macedônia (2 Co 8.1), igrejas na Judéia (Gl 1.22), igreja dos tessalonicenses (I Ts 1.1), igreja em Éfeso (Ap 2.1), igreja em Esmirna (Ap 2.8), igreja em Pérgamo (Ap 2.12), igreja em Tiatira (Ap 2.18), igreja em Sardes (Ap 3.1), igreja em Filadélfia (Ap 3.7) e Laodicéia (Ap 3.14 etc. O conjunto dessas igrejas, assim, era referido, no plural, como igrejas (ekklêsian), ajuntamentos, assembléias, congregações.

Igreja, até então, tanto não tinha o sentido de denominação ou templo que muitas são as referências, na Bíblia, da igreja (ekklêsian) se reunindo nas casas (Rm 16.5, I Co 16.19, Cl 4.15, Fl 1.2). Ou seja, a palavra igreja (ekklêsian), na Bíblia, tanto refere-se ao Corpo de Cristo como um todo (Cl 1.18 e 24), em sua universalidade e catolicidade, como a cada ajuntamento fragmentado desse Corpo único, nas diversas localidades.

Se no princípio a igreja (Corpo de Cristo) foi identificada exclusivamente como igreja (ekklesia), e os diversos sub-agrupamentos foram chamados igualmente de igreja (ekklesia), acrescentando-se exclusivamente o nome da cidade em que localizada, **inegável ser desaconselhável a criação de qualquer nome diferente** (ex.: Comunidade tal, Associação tal, Caminho tal) **ou acrescentar ao nome igreja qualquer vocábulo** (ex.: igreja de Cristo, igreja de Deus, igreja Universal, igreja Católica, igreja Batista, igreja Presbiteriana, igreja Adventista, igreja Luterana, igreja Apostólica, igreja Aliança, igreja X - ministério Y, etc) **tendentes à segregação da igreja de Cristo e à**

divisão da glória devida exclusivamente a Deus com determinado líder ao qual esse novo nome ou acréscimo possa estar vinculado.

Sem nome particular, determinado ajuntamento da igreja em certo lugar **seria identificada exclusivamente como pertencente a Jesus, sua Cabeça**, e não a Paulo, Apolo ou Pedro (I Co 1.12), nem a qualquer outro líder, por mais honrado que seja. Em princípio, assim, o ideal seria que os grupos de comunhão (congregações) não utilizassem nomes variados que ocasionassem a impressão de segregação no Corpo de Cristo.

Na prática, entretanto, dos nossos dias, inegável a dificuldade de se alcançar esse ideal. A nomenclatura do ajuntamento, aliás, foi um dos pontos que desde o início dividiu o Movimento de Restauração, consoante acima observado, e, mesmo após a unificação Stone-Campbell, tais ramificações do Movimento continuaram utilizando nome específico que as identificasse e distinguisse.

A adoção de determinado nome por certo ajuntamento, aliás, pode até ter alguma utilidade, como **a de identificar o posicionamento interpretativo a respeito de certo tema não essencial**. Essa identificação pode ser importante tanto para aqueles que procuram um lugar para congregar como para aqueles que, em viagem a determinada cidade, pretendem manter comunhão com uma igreja cujas práticas se assemelham às da igreja onde congrega.

O problema maior do nome, estou certo, não está na sua utilização, em si, mas no perigo da motivação (imediata ou futura) daqueles que o adotam e erguem sua bandeira. É como a oferta: ao mesmo tempo que Jesus orientou a que nossas ofertas de caridade fossem feitas em secreto (Mt 6.1-4), asseverou que nossas boas obras deveriam ser vistas pelos homens, como testemunho (Mt 5.16). A aparente contradição é resolvida com a percepção de que o errado não é o fato de verem que damos esmolas, mas de o fazermos com o objetivo de sermos aplaudidos pelos homens. Da mesma forma, o problema não está na utilização de determinado nome, em si, que identifique o seguimento interpretativo de determinada congregação ou alguma particularidade na

sua forma de comunhão; o problema está na utilização do nome como forma de engrandecimento pessoal e promoção concorrente.

Na Comunhão Local, particularmente, evitar-se-á utilizar qualquer denominação específica, principalmente de forma ostensiva, sendo certo que esse constituiu um dos mais importante princípios do Movimento de Restauração, conforme registrado pelo Professor Hurlbut em seu livro História da Igreja Cristã: “quando o reverendo Barton W. Stone, ministro presbiteriano, deixou aquela denominação e organizou uma igreja em Cane Ridge, Condado de Borbon, em Kentucky, na qual a Bíblia, sem nenhuma outra declaração doutrinária, seria a única regra de fé, **e o único nome da igreja seria Cristã**”⁹.

Quanto aos integrantes dessa comunhão, penso que podemos igualmente nos identificar exclusivamente pelos nomes utilizados na Bíblia para referir-se aos primeiros membros desse Corpo, como “discípulos do senhor” (At. 9.1, 10, 19), “os do caminho” (At. 9.2 e 24.14), “os que invocam o nome do Senhor” (At. 9.14), “cristãos” (At 11.26, 15.23 e 26.28, Fm 1.16 e 1 Pe 4.16) etc. Particularmente gosto muito do termo **cristão** – cuja significado, nos manuscritos gregos mais antigos e fiéis, significa “**aqueles que pertencem a Cristo**”¹⁰ – e da palavra **discípulo** – que transmite a idéia de um **seguidor**, um **imitador**, de Cristo.

Quando, portanto, os membros da Comunhão Local forem questionados sobre a que igreja pertencem, podem responder simplesmente que pertencem à **igreja Cristã**, podendo, se o pretender, enfatizar que ela não está vinculada a nenhuma religião ou denominação.

Dessa resposta singela resultou o seguinte lema do Movimento de Restauração, forjado a partir da resposta dos primeiros irmãos que o integraram quando interrogados se se consideravam os únicos cristãos: **"Não somos os únicos, mas somos unicamente cristãos"**.

⁹ História da Igreja Cristã... P. 261.

¹⁰ Comentário da Bíblia BKJ AA At 11.26.

V. NÍVEIS DE COMUNHÃO

Jesus prometeu estar presente, em comunhão conosco, sempre que nos reunirmos em nome dEle. O congregar é indispensável para o desenvolvimento saudável de cada parte do Corpo, razão pela qual Paulo nos exorta a que **"não deixemos de congregar"** (Hb 10.25).

Consoante observado, embora um só seja o Corpo de Cristo, que constitui uma só Igreja/Congregação, seus membros se relacionam em grupos menores, não excludentes: as igrejas/congregações.

A comunhão na Comunhão Local ocorrerá pelas **mais variadas formas possíveis**, de acordo com as possibilidades e necessidades, como discipulados individuais, pequenos grupos, refeições conjuntas, santa ceia, congressos, acampamentos etc.

Quanto aos locais, igualmente, não há nenhuma regra estipulada por Jesus ou pelos apóstolos, que se reuniam para comunhão, oração e estudo da palavra na rua, nas praças, no templo, nos montes, nas casas etc. A respeito dos locais das reuniões, evitar-se-á na Comunhão Local aquisições de imóveis e equipamentos que onerem desnecessariamente as comunhões. Os imóveis e móveis utilizados, nas pequenas ou maiores reuniões, serão públicos ou de propriedade dos próprios irmãos, ou, ainda, alugados individualmente por um ou mais irmãos voluntariamente, caso entendam necessário.

Ou seja, **para a Comunhão Local, com ou sem personalidade jurídica, não haverá aquisição de patrimônio algum nem se assumirá obrigações em nome da coletividade**. A Bíblia não registra, no ministério de Jesus ou dos Apóstolos, aquisições de propriedades pela igreja primitiva, que se reunia de casa em casa (At 5.42), ao ar livre (At 16.13) e no pátio do templo dos judeus (At 5.42). Hoje, melhor que naquela época, temos, no Brasil, não só a garantia de que não seremos presos ou processados pelo só fato de compartilharmos as boas novas do evangelho e adorarmos a Deus em praças públicas, como temos assegurada, pela Constituição Federal, a segurança estatal para essas reuniões, exigido apenas prévio agendamento (Arts. 5º, VI, VIII e XVI, da Constituição Federal).

Poder-se-á, também, regularmente ou periodicamente, participar dos cultos de celebração e eventos realizados por diferentes denominações, de forma a se exercitar a comunhão com outros membros do Corpo e manter afastada a tentação sectarista do exclusivismo.

Quanto menos se gastar com as reuniões e eventos, mais se poderá participar financeiramente em trabalhos missionários e assistenciais.

Diversas são as **formas e níveis possíveis de comunhão**. Para o presente ajuntamento, inicialmente, as reuniões de comunhão serão classificadas em **três níveis**: Comunhão de Amizade, Comunhão Cristã Geral, Comunhão Cristã Local, adiante detalhadas.

Comunhão de Amizade

A Comunhão de Amizade, para os presentes fins, caracteriza-se como aquela desenvolvida socialmente, entre amigos, parentes, colegas de trabalho ou de escola etc. Trata-se de relacionamentos mantidos com pessoas pelo só fato de serem pessoas, igualmente formadas à imagem e semelhança de Deus, igualmente amadas pelo Pai, igualmente alcançadas (ao menos potencialmente) pelo sangue libertador de Jesus Cristo, independentemente de suas crenças, **e ainda que sequer acreditem em Deus ou que expressamente O rejeitem com suas palavras ou atitudes.**

Uma vez consciente, o cristão, de que a humanidade encontra-se afastada de Deus e, portanto, condenada à destruição, deverá viver sua vida de forma a participar na restauração da comunhão de Deus com cada indivíduo, fazendo todo o necessário para que seus próprios conhecidos, amigos e parentes sejam alcançados pela salvação proporcionada pelo sacrifício de Jesus Cristo. Nosso trabalho, nessa reconstrução do Reino de Deus, consiste em **testemunhar**, **orar** e **compartilhar** as Boas Novas do Reino.

Assim, inicialmente, cada cristão deverá estar consciente de que sua vida fala mais que suas palavras e assim procurar **viver uma vida condizente com a fé professada, de que Jesus Cristo o habita e é**

soberano em sua vida. Paulo, de fato, discorrendo sobre os a relação do cristão com o descrente e com o mundo, não conclui que devemos deles nos isolar, mas sim que nossa relação com o mundo deve pautar-se num único propósito: “quer vocês comam, bebam ou façam qualquer outra coisa, **façam tudo para a glória de Deus**” (I Co 10.31), glória essa manifestada justamente na “confissão de que Jesus Cristo é o Senhor” (Fp 2.11).

Ou seja, uma vez tenha a pessoa se tornado cristã, e portanto tendo Jesus Cristo como Seu Senhor, tudo o que fizer, em sua relação com o próximo – quer coma, quer beba, quer estude, quer trabalhe, quer se divirta, quer viaje, etc – deve ter como finalidade última a reinclusão das pessoas no Reino de Deus, mediante confissão e submissão ao senhorio de Cristo.

Além do testemunho, o cristão deve buscar discernimento para selecionar algumas das pessoas com quem se relaciona e por eles **orar todos os dias pela salvação delas.**

Sua vida de testemunho em sociedade, por si só, certamente fará com que muitas das pessoas do seu relacionamento passem a desejar olhar para a vida e vivê-la da forma como você vive, oportunidade em que Jesus poderá ser-lhe apresentado para ser invocado.

Alguns dos amigos desse cristão, a partir do testemunho de vida dele, buscarão conhecer a Jesus por intermédio de outro amigo cristão ou de “outra igreja”. Outros amigos, entretanto, poderão ser aproximados para esse compartilhar do Evangelho, individualmente ou em pequenos grupos, bem como conduzidos a eventos de finalidade evangelística.

Comunhão Cristã Geral (comunhão mediata)

Para os fins da comunhão cristã pelos integrantes da Comunhão Local, a comunhão cristã será concebida em dois níveis: geral e local.

Por Comunhão Geral será considerada a totalidade daqueles que – independentemente da religião, da denominação, dos dogmas, dos

rituais de culto etc – **haja confessado Jesus Cristo, filho de Deus, como Senhor e Salvador de suas vidas, submetendo-se aos ensinamentos das Escrituras, principalmente do Novo Testamento.** Note-se que essa confissão de fé em Jesus e nas Escrituras equivalem ao primeiro nível da confirmação da identidade no Corpo de Cristo, acima classificado quando da abordagem da Proposição nº 1 da Declaração e Discurso de Thomas Campbell: **o nível da profissão da fé**¹¹.

Estando esse nível primeiro da identidade do Corpo de Cristo caracterizado pelo que a pessoa professa, diz, alega, fala, **essa será a única condição para o exercício da comunhão geral.** Ou seja, se determinada igreja ou denominação confessa submissão a Jesus Cristo como filho de Deus e às Escrituras, com ela podemos manter comunhão, participando dos seus cultos e eventos, bem como compartilhando da Santa Ceia, desde que por eles consentido. Por outro lado, serão admitidos em nossos encontros de comunhão cristã geral, inclusive a Santa Ceia, todos aqueles que fizerem tal confissão.

Nesse nível de comunhão, **não se terá maiores preocupações inclusive quanto aos essenciais decorrentes, confiados que se a invocação a Jesus Cristo, como filho de Deus, é sincera, o Senhor há de cumprir sua promessa de revelar-se e, ao fazê-lo, os essenciais verdadeiramente essenciais serão revelados e implementados.** Seria o caso, a título de exemplo, de uma denominação considerar essencial a entrega do dízimo ou a realização do batismo de uma determinada forma. Embora esses itens não constarão dos essenciais da Comunhão Local, tal prática não será considerada empecilho para a Comunhão Geral.

Procurar-se-á, para viabilizar essa comunhão, na medida do possível, estipular dias e horários para reuniões e cultos fixos que não ocupem os dias e horários adotados pela maior parte das denominações.

Nesse nível de Comunhão Geral deverão acontecer, também, encontros para estudos bíblicos com pessoas de religiões e denominações diversas, nos quais somente a essência do evangelho deverá ser

¹¹ 1) Confissão de fé e obediência a Cristo e às Escrituras (nível da fé professada); 2) Confirmação dessa fé por temperamentos e condutas (nível da fé praticada).

compartilhada. Os pontos divergentes devem ser reservados para encontros individuais, quando solicitado ou para tanto houver real abertura.

Comunhão Cristã Local (comunhão imediata)

No nível de **Comunhão Local**, considerar-se-á como critério identificador não só a fé professada em Jesus e nas Escrituras, como a qualidade dessa confissão (**essenciais decorrentes**) e sua prática (**nível da fé praticada**). Explico-me.

Conforme observado, o primeiro nível da identificação no Corpo de Cristo consiste na confissão de fé em Jesus Cristo e nas Escrituras, o que pode ser chamado de essencial primário. Confessar fé nas Escrituras, entretanto, pressupõe confessar o que elas ensinam. Esses ensinamentos específicos das Escrituras podem ser denominados, para fins práticos, conforme observado, de essenciais decorrentes: ensinamentos essenciais constantes das Escrituras.

Ou seja, se professo fé em Jesus e nas Escrituras (essencial primário), necessariamente professo fé nos seus ensinamentos específicos (essenciais decorrentes), os quais deverão ser estipulados pela Comunhão Local mediante debruçado e comprometido estudo das Escrituras e invocação da inspiração do Espírito Santo.

A título de exemplo, na Comunhão Local considerar-se-á essencial decorrente das Escrituras que não existe nenhum outro mediador entre Deus e os homens além de Jesus Cristo, a quem possamos dirigir nossas orações. Assim, não serão convidados ou admitidos nas reuniões e eventos da Comunhão Local pessoas cuja interpretação e prática das Escrituras, nesses pontos, sejam divergentes.

Não basta, entretanto, para a identificação no Corpo de Cristo, a presença dos essenciais no nível primeiro, da confissão. Por essa razão, na comunhão cristã local, uma vez identificado que a conduta de determinado membro não condiz com a fé professada, aplicar-se-ão os ensinamentos de Jesus em constantes de Mt 18.15-17. Se esgotadas as possibilidades de manutenção do irmão no Corpo, ele insistir em negar com sua prática a fé confessada, será ele considerado excluído da

comunhão local, conforme ensinado por Jesus (v. 17b) e por Paulo (I Co 15.1-13). A medida extrema mostrar-se-á necessária para impedir seja o Corpo de Cristo maculado e, principalmente, para proporcionar ao excluído a consciência de seus erros, evitando a hipocrisia e a religiosidade, de forma a permitir seu arrependimento futuro e reintegração no Corpo.

Essa exclusão diz respeito exclusivamente à Comunhão Cristã Local, repita-se, não tendo o condão de impedir a Comunhão Cristã Geral nem a comunhão de amizade.

A propósito, quem souber que determinado “irmão” insiste na prática de determinado pecado e nada fizer para sua restauração ou exclusão da comunhão local, estará cometendo pecado contra a pureza do corpo por omissão, e contra o próprio “irmão”.

O nível da Comunhão Local pode ser ainda subdividido em Menor (grupo menor liderado por uma única pessoa) e Maior (comunhão de grupos menores). Tais níveis serão melhor assimilados adiante.

Além da prática dos essenciais primários e decorrentes, ninguém será admitido na Comunhão Local sem que alguém já participante o adote como irmão mais novo na fé, disponibilizando-se aos cuidados necessários à sua caminhada, tais como a oração, a comunhão e o estudo da Palavra. Em outras palavras, somente participa da Comunhão Local Maior quem está inserido em uma Comunhão Local Menor.

O fato de uma pessoa integrar determinada denominação ou religião não constitui impeditivo para a Comunhão Local, mesmo que os essenciais decorrentes dela não coincidam com aqueles adotados pela Comunhão Local, neste último caso desde que essa pessoa concorde e pratique os essenciais adotados pela Comunhão Local e decida manter o vínculo denominacional ou religioso por justos motivos.

VI. FORMAS DE COMUNHÃO

Nos diversos níveis de comunhão acima explicitados, buscar-se-ão, dentre outras, as seguintes formas de comunhão:

Discipulado individual: amizade entre duas pessoas ou dois casais com propósito de edificação. Os encontros, preferentemente agendados com intervalos máximos de uma semana, no início, poderão ser utilizados para evangelismo, edificação e crescimento, aconselhamento, oração e comunhão. Esses encontros podem acontecer em cafés, lanchonetes, restaurantes, praças, residências etc. Conforme o nível de maturidade espiritual da pessoa com quem se está estabelecendo a relação de discipulado, pode-se buscar material adequado para o estudo da Verdade da Bíblia aplicada a todas as áreas da nossa vida. A pessoa deve ter completa liberdade, entretanto, para, sob orientação divina, escolher o material a ser utilizado em cada fase do discipulado, ou para não utilizar material nenhum além da Bíblia Sagrada. Nesses encontros, deve-se **ênfatizar e motivar, sempre, o desenvolvimento de prática devocional diária**, por meio da qual se dedique os primeiros minutos ou a primeira hora de cada dia para o alimento espiritual indispensável para um dia de verdadeira vitória.

Encontros semanais de pequenos grupos temáticos: Mostra-se de grande importância que, além dos encontros individuais, pequenos grupos se reúnam periodicamente (semanal, quinzenal ou mensalmente) para oração e busca de orientação da Palavra de Deus a respeito de áreas específicas da vida. Por exemplo, um determinado grupo pode reunir homens ou mulheres que buscam, à luz da Bíblia, a direção para serem melhores maridos, esposas, pais, mães, profissionais, filhos etc; um grupo de jovens pode se reunir para buscar força e direção divina para uma vida de santidade e vitória profissional; um grupo de músicos pode se reunir para adorar juntos a Deus e buscar seus ensinamentos especificamente no que tange ao louvor e adoração; um grupo de casais pode se reunir como objetivo de buscar na Palavra de Deus inspiração para experimentarem, no casamento, a vida abundante que Deus prometeu, ou orientação sobre criação de filhos, etc; um grupo de profissionais da área jurídica podem decidir reunir para realizar uma abordagem bíblica comparada ao direito, com vistas inclusive à edificação ou mesmo para evangelizar colegas. **As possibilidade de variações de tipos de grupo são tão vastas quanto as necessidades da vida humana, e Deus**

certamente dará, a cada um, o discernimento sobre o grupo a ser iniciado.

Encontros semanais para adoração e participação da Santa Ceia: além dos encontros de casa em casa, a igreja primitiva se reunia constantemente para comunhão num grupo maior e “partia o pão” (At 2.42, 20.7 e 27.35; I Co 11.23-33), tal qual ensinado por Jesus (Mt 26.26-30; Mc 14.22-26 e Lc 22.14-20). Assim, algumas dessas pessoas que se encontram individualmente e em pequenos grupos devem procurar reunir-se com essa mesma finalidade (comunhão de comunhões). Uma boa opção são locais públicos, como parques e praças, ou chácaras cedidas por algum integrante do grupo. No caso das praças e parques os encontros terão que ser rearranjado em épocas de chuvas. Possivelmente as épocas de chuva serão uma boa oportunidade para reforçar a comunhão com irmãos de diversas denominações, de forma a se ampliar a comunhão do Corpo e se ver caídas barreiras denominacionais. Sempre que possível, importante que a mensagem seja aplicada com a participação da Santa Ceia.

Encontros periódicos: Periodicamente, podem também ser organizados encontros temáticos para comunhão, lazer, evangelismo e edificação pessoal, familiar e ministerial. Poder-se-á, ainda, participar de tantos bons eventos realizados por diversas denominações.

Por fim, enfatize-se os encontros da Comunhão Cristã Local devem ser norteados pela verdade relevada pelo apóstolo Paulo, de que ***“onde está o Espírito do Senhor, aí há liberdade”*** (2 Co 3.17), ***“Quando vos ajuntais, cada um de vós tem salmo, tem doutrina, tem revelação, tem língua, tem interpretação. Faça-se tudo para edificação”*** (I Co 14.26). Ou seja, embora não exista nada que proíba a utilização de cronogramas, esboços, lista de cânticos previa e unilateralmente elaborada, momento específico para ofertas etc, **as escrituras recomendam que se dê liberdade ao Espírito para falar a todos e por meio de todos.** Precisamos ter o cuidado para que nossa organização e sistematização prévios – com a boa intenção de evitar bagunça e desordem – não acabem impedindo a liberdade do Espírito Santo de Deus. As diretrizes gerais para se evitar a confusão estão nas próprias escrituras,

na forma de princípios e não de regras estanques, inclusive na própria continuação de I Co 14.

Nas palavras de Paulo, em Gálatas 5.1, “estai, pois, **firmes na liberdade com que Cristo nos libertou, e não torneis a colocar-vos debaixo do jugo da servidão**”, nem mesmo da servidão da religiosidade, das liturgias, das tradições, dos esboços, dos esquemas, dos cronogramas. “**Se Cristo vos libertar, verdadeiramente sereis livres**” (Jo 8.36).

Quanto ao “tamanho” da Comunhão Local, inegável que o crescimento numérico de um grupo de pessoas que se reúne rotineiramente para a comunhão e adoração a Deus tende a fazer com que as pessoas que estão à frente se ensoberbeçam e queiram, ainda que sem perceber, receber pelo menos um pouco da glória, honra e louvor pelo trabalho realizado e frutos colhidos. Assim, **estratégia interessante seria a limitação do número de integrantes de cada ajuntamento**, de forma a que os respectivos líderes sejam livres dos sérios e incalculáveis riscos da tentação de “contar seu exército ou rebanho”, consoante aquela experimentada por Davi (I Cr 21), caindo no pecado da soberba, que precede a queda (Pv 16.18).

VII. FORMAS DE PASTOREIO NA COMUNHÃO

No que diz respeito à forma de pastoreio, a ênfase na Comunhão Local será o **apascentamento mútuo por irmãos e irmãs** que, cheios do Espírito Santo de Deus, se disponham a cumprir os mandamentos recíprocos da Palavra de Deus, já referidos: “**lavai os pés uns dos outros**” (Jo 13.14); “**ameis uns aos outros**” (Jo 13.34 e 35; 15.12 e 17; Rm 12.10;); “**não julgueis uns aos outros**” (Rm 14.13); “**recebei uns aos outros**” (Rm 15.7); “**admoestai-vos uns aos outros**” (Rm 15.14); “**saudai-vos uns aos outros com o ósculo (beijo) santo**” (Rm 16.16; I Co 16.20; II Co 13.12; I Pe 5.14); “**quando vos ajuntardes para comer, esperai uns pelos outros**” (I Co 11.33); “**pelo amor, servi-**

vos uns aos outros” (Gl 5.13); *“não vos consumais uns aos outros*” (Gl 5.15); *“não nos tornemos vangloriosos, provocando-nos uns aos outros, invejando-nos uns aos outros*” (Gl 5.26); *“suportai-vos uns aos outros em amor*” (Ef 4.2); *“sede uns para com os outros bondosos, compassivos e perdoadores*” (Ef 4.32); *“sujeitai-vos uns aos outros no temor de Cristo*” (Ef 5.21); *“não mintais uns aos outros*” (Cl 3.9); *“suportai-vos e perdoais-vos uns aos outros*” (Cl 3.13); *“ensinai-vos e admoestai-vos uns aos outros*” (Cl 3.16); *“sois instruídos por Deus a amardes uns aos outros*” (I Ts 4.9); *“consolai-vos uns aos outros*” (I Ts 4.18); *“exortai-vos e edificai-vos uns aos outros*” (I Ts 5.11); *“o amor de cada um de vós transborde uns para com os outros*” (II Ts 1.3); *“exortai-vos uns aos outros*” (Hb 3.13); *“consideremo-nos uns aos outros, para estimularmos ao amor e às boas obras*” (Hb 10.24); *“admoestando-nos uns aos outros*” (Hb 10.25); *“não faleis mal uns dos outros*” (Tg 4.11); *“não vos queixeis uns dos outros*” (Tg 5.9); *“confessai vossos pecados uns aos outros e orai uns pelos outros, para serdes curados*” (Tg 5.16); *“amai-vos ardentemente uns aos outros*” (I Pe 1.22); *“servindo uns aos outros conforme o dom que cada um recebeu*” (I Pe 4.10); *“cingi-vos todos de humildade uns para com os outros*” (I Pe 5.5); *“amemos uns aos outros*” (I Jo 3.11 e 23; 4.7 e 11; II Jo 1.5); *“se nós amarmos uns aos outros, Deus permanece em nós*” (I Jo 4.12).

Pastorear é apascentar/cuidar e, nesse sentido, todos temos chamado para sermos pastores, nem que seja exclusivamente dos da própria casa e daqueles a quem discipulamos. (A propósito do termo discipulado, ressalte-se que, embora tenhamos sido chamados a fazer discípulos, os fazemos não para nós mesmos, mas para Cristo, de forma que, **conquanto sejamos discipuladores, não temos discípulos**. Fazer discípulos é fazer seguidores para Cristo. Assim, deve-se preferir dizer, entendendo, “discípulo de Jesus ao qual estou discipulando”, ou discípulo de Jesus com o qual estou caminhando, no lugar de “meu discípulo”.)

Cada irmão deve considerar-se direta e pessoalmente responsável, diante de Deus e do grupo, pela pessoa que ele trazer para a Comunhão Local, considerando-o como um irmão mais novo

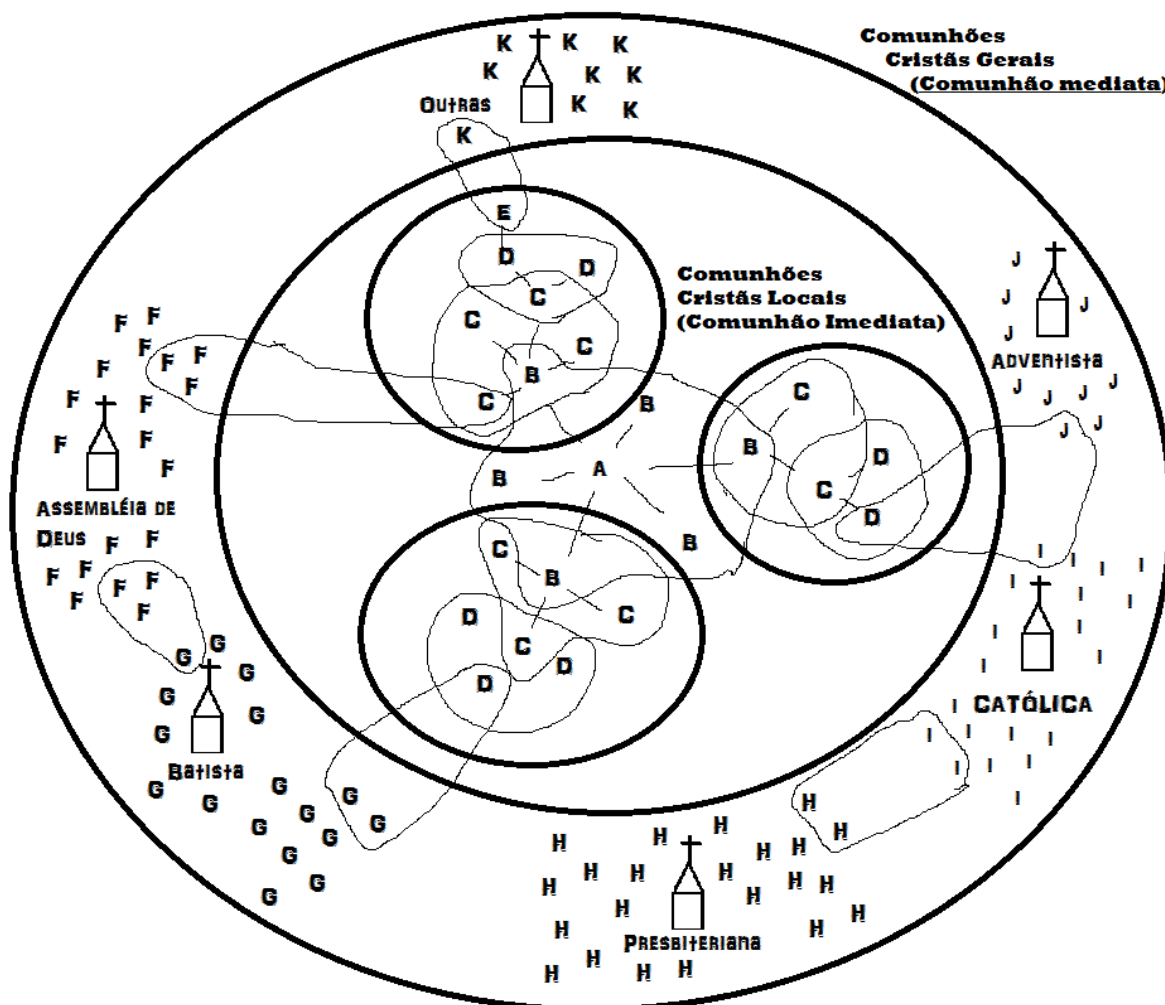
na fé, ou mesmo como um filho (I Tm 1.2 e 18 e Tt 1.4). Deve, assim, apresentá-lo diariamente a Deus, em oração, bem como empenhar-se em seu desenvolvimento espiritual, ensinando-lhe as Escrituras, disponibilizando-lhe material de qualidade para leitura e estudos e incentivando-lhe a participar de eventos de edificação. Deve, ainda, empenhar-se em ser para ele exemplo de santidade e vida devocional, incentivando-o a tais práticas, de forma a permitir que logo possa desenvolver-se por si só, sem a necessidade de ajuda constante.

Os eventos, pedidos de oração, notícias etc deverão ser divulgados pelos respectivos discipuladores, já que não existirá uma lista ou rol de membros centralizados. Ou seja, um irmão compartilha com seus irmãos mais novos na fé, que, por sua vez, retransmitem a informação aos deles, e assim sucessivamente.

Dessa forma, não haverá sobrecargas nem ausência de cuidado. O pastoreio e evangelismo acontecerá naturalmente, “enquanto estivermos indo pelo mundo” (Mc 16.15 - BKJ), enquanto estivermos desenvolvendo nossas atividades.

Nada impede, entretanto, ressalte-se, que – além do pastoreio realizado por todos os membros, cada qual relativamente àqueles a quem esteja discipulando – determinada pessoa, que tenha recebido de Deus o dom para pastorear e o chamado para tempo integral, possa fazê-lo, sendo para tanto sustentado, voluntariamente, por um ou alguns integrantes do grupo de comunhão, mediante compromisso pessoal, sem vínculo obrigacional em relação ao grupo.

O **gráfico** abaixo tenta ilustrar algumas das formas e níveis de comunhão da Igreja de Cristo na terra, sob a ótica ora apresentada. São **igrejas inseridas em igrejas**, e apenas a reunião subjetiva de todas elas equivale à universal Igreja de Cristo Jesus:



Observações:

- Cada relação de discipulado individual estabelecida (A – B; B – C; C – D; D – E; etc) constitui reunião da igreja de Jesus, na medida em que a reunião se dá em nome de Jesus (Comunhão Local Menor (imediata));
- A reunião entre o discipulador A com todos aqueles por ele diretamente discipulados (B's), constitui reunião da igreja de Jesus (Comunhão Local Menor (imediata));
- A reunião de A com todos os B's, mais os C's por ele discipulados mais os respectivos D's, constitui reunião da igreja de Jesus (Comunhão Local Maior (imediata));
- A reunião de todos os irmãos que mantém comunhão neste modelo constitui reunião da igreja de Jesus (Comunhão Local Maior (imediata));
- A reunião entre alguns desses irmãos e algumas denominações, constitui reunião da igreja de Jesus (Comunhão Geral (mediata));
- A reunião dos irmãos com as mais variadas formas de comunhão constitui, igualmente, reunião da igreja de Jesus (Comunhão Geral (mediata));
- A reunião de todas as igrejas, em todas as épocas e lugares, tal qual visualizada todo o tempo por Deus, somente poderá ser por nós percebida nos céus, mas o será (Comunhão Geral (mediata)).

O que se espera é que – sem prejuízo das outras formas de ministério existentes – cada pessoa possa atender ao desafio de Jesus Cristo de proclamar o evangelho a todas as pessoas **“enquanto estiver indo pelo mundo inteiro”** (Mc 16.15, versão King James Atualizada). Ou seja, fazer do seu círculo de amizades, enquanto vive sua vida, uma igreja, um ajuntamento de pessoas que pertencem ao Corpo de Cristo e ao Reino de Deus; fazer amigos mais chegados que irmãos (Pv 18.24b); fazer amizades que se estendam pela eternidade (Lc 16.9).

A idéia não é de que esses grupos se multipliquem mediante divisões, mas mediante a consciência em cada integrante do agrupamento menor da necessidade de ele ir e fazer o mesmo: abrir sua casa para compartilhar o evangelho com seus próprios amigos. Ou seja, na ilustração supra, a intenção não é que **A**, após certo tempo de comunhão, “divida” seu agrupamento para multiplicar em tantos quantos forem **B’s**, e o próprio **A** recomece um novo agrupamento, com novas relações; mas sim que **A** mantenham relação de amizade, comunhão e edificação em Cristo por toda a vida com os **B’s** (seu grupo de Comunhão Local Menor), enquanto cada um deles dá início às suas próprias “igrejas” (Comunhões Locais Menores), abrindo suas casa e seus corações para fazer expandir o Reino de Deus para a vida de seus próprios amigos e familiares.

Poder-se-ia ter a impressão, preocupar-se-iam alguns, de que esse modelo de comunhão limitaria a expansão do Reino de Deus e crescimento da igreja de Cristo. Apenas impressão! Na forma de Comunhão Local, apesar de cada pessoa ser desafiada a responsabilizar-se pelo “pastoreio” de uma pequena igreja com apenas 12 integrantes, ao longo de toda a vida, a qualidade do discipulado imprimirá nele o desejo e o poder para fazer o mesmo. Mais que esse número nem caberia na maioria dos cômodos hoje disponíveis na maioria das nossas casas. Qualquer número maior que esse certamente poderá comprometer a qualidade da comunhão e edificação, facilitando a superficialidade tendente à mornidão condenada por Jesus (Ap 3.15-16). O princípio da divisão do trabalho ministerial em pequenos grupos foi utilizado por Moisés (Ex. 18.25-26). **A propósito, ressalte-se que nem o próprio Jesus,**

cheio do Espírito Santo e com ministério em tempo integral, discipulou, de perto, mais que doze pessoas.

Assim, se considerarmos que em um ano a pessoa possa alcançar para Cristo três amigos, e que esses três amigos no ano seguinte façam o mesmo, e assim sucessivamente, ao final de doze anos mais de quatrocentas mil pessoas estarão sendo discipuladas a partir do trabalho nessa modalidade, sem, entretanto, se comprometer a qualidade do pastoreio, na medida em que cada pessoa somente estaria pastoreando diretamente doze amigos.

Se, por outro lado, cada discípulo fizer apenas um discípulo novo por ano, ao final de doze anos mais de quatro mil pessoas terão sido alcançadas pelo Evangelho.

Essa pequena multidão, enfatize-se, não integrará uma única comunidade, sob a liderança de um único homem, sob uma única “placa”, mas estará organizada em pequenos grupos de aproximadamente doze pessoas, **individualmente pastoreadas e amadas**, ainda que devam periodicamente se ajuntar em reuniões de comunhão maiores, inclusive de “outras” denominações.

No exemplo supra, note-se, ninguém precisou sacrificar as próprias atividades, prazeres e familiares – embora dispostos a isso pelo Reino de Deus –, na medida em que pastoreiam, repita-se, **“enquanto estão indo pelo mundo”** (Mc 16.15).

VIII. CONCÍLIOS LOCAIS

Conforme acima referido, os concílios podem desempenhar importante papel na comunhão da igreja. No caso dos concílios locais da Comunhão Local, seriam eles responsáveis pela organização das comunhões das comunhões, tanto semanais como periódicas. Seriam responsáveis, também, pela definição dos essenciais decorrentes, a partir de debruçado e comprometido estudo das Escrituras e invocação da inspiração do Espírito Santo.

A composição dos concílios locais não raro se dá mediante eleição dos membros da igreja local, nos termos do respectivo estatuto. A participação democrática dos membros da igreja local se dá, normalmente, em razão da existência de uma personalidade jurídica constituída e da existência de patrimônio (moral e financeiro).

Não identifico, entretanto, referida forma de participação democrática na Bíblia Sagrada, onde as decisões são tomadas por pessoas designadas e capacitadas por Deus para o desempenho de funções específicas. A democracia, aliás, enquanto prevalência da vontade da maioria, deve ser vista com bastante cuidado pela igreja, tendo em vista a afirmação de Jesus de que os que se conduzem para o inferno (caminho largo) são mais numerosos que os que se conduzem para o céu (caminho estreito). Ou seja, há grandes chances de a maioria não representar a vontade de Deus e de “a voz do povo NÃO ser a voz de Deus”.

Na Comunhão Local, portanto, a comunhão das comunhões (Comunhão Local Maior) deve ser inicialmente administrada pelo próprio “irmão mais velho” de todos os integrantes da comunhão. Tão-logo o número de pessoas exija, poderá ele constituir o concílio local a partir de escolha dele próprio, a partir do conhecimento de cada um e em oração.

Num primeiro momento essa forma de composição pode naturalmente causar espanto, em razão da maneira como estamos habituados a preencher os “cargos” nas instituições religiosas. O espanto, entretanto, deve ceder diante da inexistência de patrimônio ou de pessoa jurídica, e do fato de que todos os irmãos em comunhão naturalmente nutrirão por tais líderes confiança e respeito, em razão da forma como o grupo foi formado e da afinidade existente.

A título de exemplo, utilizamos o gráfico supra, onde “A” mantém comunhão com “B’s”. Cada “B”, incentivado por A, dá início às suas comunhões com seus respectivos “C’s”, os quais, por sua vez, posteriormente, dão início às comunhões com D’s.

No início, a Comunhão Local Maior poderá ser administradas pelo próprio A, em razão da pouca demanda de recursos em geral e da

proximidade dele com cada integrante da comunhão. O mesmo se diga quanto à definição dos essenciais decorrentes.

Na medida, entretanto, em que a Comunhão Maior vai crescendo, pode-se demandar estrutura melhor organizada, caso em que ninguém melhor que A para, conhecendo os respectivos líderes, escolher a quantidade que entender suficiente para a formação de um colegiado para as decisões administrativas e eclesiais.

Tais decisões, reitere-se, não terão o condão de vincular ou obrigar ninguém, a não ser aqueles que nesses irmãos escolhidos reconheçam a sinceridade e o comprometimento com Deus e com as Escrituras.

De fato, se os essenciais decorrentes “definidos” pelo Concílio Local não estiverem de acordo com o entendimento de alguns irmãos, estes deverão mesmo abandonar o grupo e dar início a uma nova comunhão imediata, onde a divergência quanto a tais essenciais poderá ser corrigida. Neste caso, restará inviabilizada, em princípio, a própria comunhão mediata, pois na essência divergiram.

Caso, entretanto, os irmãos cujo entendimento divirja da definição do Concílio considere a divergência não essencial (apesar de definida como essencial decorrente), poderão tanto dar início a nova comunhão imediata, mantendo apenas a comunhão mediata com o grupo anterior, como manter também comunhão imediata, conforme o caso.

A título de exemplo, suponhamos que o Concílio defina que o batismo por imersão é essencial para a salvação. Os irmãos que divergirem, considerando a possibilidade de salvação de uma pessoa batizada por aspersão, poderão submeter-se ao batismo por imersão em nome da manutenção da comunhão. Diferente seria o caso em que o Concílio definisse como essencial para a salvação a intermediação de Maria, mãe de Jesus, e alguns irmãos considerassem Jesus como único intermediador entre Deus e os homens. Neste caso, solução não haveria senão a formação de um novo grupo de comunhão imediata formado pelos divergentes.